

O PARECER  
DA REAL MESA  
CENSÓRIA:  
CERTIDÃO DE  
NASCIMENTO  
DE O URAGUAI

VANIA  
PINHEIRO  
CHAVES

Serás lido Uruguai. Cubra os meus olhos  
Embora um dia a escura noite eterna.  
Tu vive, e goza a luz serena, e pura.  
**José Basílio da Gama, O Uruguai<sup>1</sup>**

Realizando a profecia que José Basílio da Gama formulou nos versos que servem de epígrafe a este artigo, *O Uruguai* completou 250 anos, em 2019. Todavia a sua recepção nem sempre usufruiu da “luz serena, e pura” almejada pelo poeta. Ainda que possa parecer descabido hoje em dia, Basílio da Gama foi cognominado *Camões brasileiro* e o seu poema equiparado a *Os Lusíadas*. Além disso, *O Uruguai* gozou de enorme sucesso junto do público, como comprovam suas numerosas edições (cerca de duas dezenas), no Brasil e em Portugal, assim como sua versão para o inglês, da autoria de Sir Richard Burton, a quem se deve igualmente uma tradução da epopeia camoniana. Confirmam ainda o prestígio da épica basiliiana as múltiplas criações intertextuais a que deu azo.<sup>2</sup>

Em contrapartida *O Uruguai* tem tido inúmeros detratores, entre os quais Afrânio Peixoto, que, em 1941, dele fez uma leitura incompreensivelmente depreciativa na introdução da edição facsimilada do poema, lançada pela Academia Brasileira de Letras, para celebrar o bicentenário do nascimento do poeta mineiro.<sup>3</sup> Negando originalidade, engenho e brasilidade à criação basiliiana, o autor das *Noções de história da literatura brasileira*<sup>4</sup> aponta-lhe, nos dois escritos referidos, inúmeros defeitos de composição e afirma que alguns dos seus versos, expressões,

---

1 Trecho extraído do canto V, vv. 140-2. Cf. GAMA, José Basílio da. *O Uruguai*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1941.

2 Ver CHAVES, Vania Pinheiro. *O Uruguai e a fundação da literatura brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

3 PEIXOTO, Afrânio. “Nota preliminar”. In: GAMA, José Basílio da. *O Uruguai*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1941, p. VII-XXXVII.

4 Id. *Noções de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.

situações e personagens não passam de imitações de Camões, Petrarca ou Voltaire. Entendendo que Basílio da Gama “toma o partido ‘europeu’, de Pombal, contra a América, os Índios, os Jesuítas”<sup>5</sup> e não admitindo justificação válida para a feição antijesuítica da obra, Afrânio Peixoto assume o ponto de vista do Padre Lourenço Kaulen, cuja *Resposta apologética*<sup>6</sup> é a matriz de boa parte da recepção desvalorizadora de *O Uraguai*. Proibida pela censura<sup>7</sup>, a obra, embora não se enquadre exatamente no que hoje se entende por crítica literária, realizou uma abordagem que, legitimada pelo pensamento setecentista, exigia a reprodução da verdade no texto literário e não apenas a sua recriação verossímil. Nesta linha, Kaulen efetuou uma análise minuciosa dos conteúdos de *O Uraguai* (e sobretudo das notas de rodapé), para contestar suas “falsidades” em relação à Companhia de Jesus e, conseqüentemente, negar todo e qualquer mérito literário ao nosso poeta.

A história receptiva de *O Uraguai* começa todavia mais cedo, tendo cabido ao Estado português exarar a sua certidão de nascimento, uma vez que dele dependia, nessa altura, a licença para a impressão e circulação de todo e qualquer texto no vasto império lusitano<sup>8</sup>. Por conseguinte, o passo inicial para *O Uraguai* desfrutar da sorte profetizada pelo seu criador foi dado quando o manuscrito basiliano recebeu da Real Mesa Censória licença para publicação. Antes, porém, de comentar e transcrever o parecer que o liberou, cumpre apresentar sucintamente essa importantíssima instituição, que, no período pombalino em que se inscreve o nosso poema, foi objeto do vasto e profundo estudo de Rui Tavares,<sup>9</sup> de que nos serviremos nos próximos parágrafos.

Instituída pela lei de 5 de abril de 1768 e formada por um corpo fixo de deputados<sup>10</sup> (designação oficial dos censores), a Real Mesa Censória

---

5 Id. “Nota preliminar”, op. cit., p. XXIII.

6 [KAULEN, Lourenço]. *Resposta apologetica ao poema intitulado “O Uruguay” composto por Jose Basilio da Gama, e dedicado a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião Jose de Carvalho, Conde de Oeyras e Marquez de Pombal*. Lugano: s/ed, 1786.

7 O Parecer da Censura (ANTT, Real Mesa Censória, caixa 14) que proibiu a circulação da *Resposta apologética* condenou o seu autor por buscar na vida de José Basílio da Gama “matéria para o humilhar, e desacreditar”. O censor que o assinou deixou transparecer uma visão positiva de *O Uraguai*, ao afirmar que o escrito jesuítico “faz por obscurecer” o seu “merecimento literário” e nega os “talentos” de Basílio da Gama, “tratando-o de inepto e ignorante, de escritor maligno e caluniador”.

8 O que não impedia que diversos escritos circulassem de forma clandestina, como ocorreu com a *Resposta apologética*.

9 TAVARES, Rui. *O censor iluminado. Ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII*. Lisboa: Tinta da China, 2018.

10 Esse corpo era constituído por dez deputados ordinários (seis laicos e funcionários da Coroa mais quatro religiosos) e dez deputados extraordinários (seis religiosos mais quatro laicos e funcionários da Coroa).

assumiu todas as tarefas da censura que antes cabiam aos bispos, à Inquisição e ao Desembargo do Paço,<sup>11</sup> bem como a decisão a respeito dos livros proibidos, anteriormente listados no *Index Romano*. Embora tenha retirado poderes à Igreja, a nova instituição não era anticlerical,<sup>12</sup> pois o que de fato interessava à administração do Marquês de Pombal era que todos os membros daquele instituto fossem partidários da sua política e favoráveis à Coroa nas suas dissensões com a Santa Sé. Instaurada no período das grandes reformas do todo poderoso ministro, a Real Mesa Censória desempenhou papel proeminente na política cultural do pombalismo. Além de autorizar ou proibir a publicação de manuscritos de autores portugueses e de traduções, a reimpressão de obras nacionais, a comercialização de obras importadas, a encenação de peças teatrais, a impressão de cartazes e imagens, e de construir novo *Index Expurgatório*, coube-lhe gerir o Subsídio Literário, administrar o Colégio dos Nobres, reformar os Estudos Menores, participar na Reforma da Universidade de Coimbra, conceber programas pedagógicos e métodos de ensino, escolher os manuais de latim para substituírem os elaborados pelos jesuítas, supervisionar os professores oficiais em todo o Império português, constituir uma espécie de Depósito Legal com os fundos provenientes das bibliotecas jesuíticas e os livros proibidos. Reconhecendo na Real Mesa Censória uma instituição *sui generis*, Maria Adelaide Salvador Marques<sup>13</sup> considera-a precursora dos atuais Ministérios da Educação.

Contratados e pagos pelo Estado, os censores – escolhidos, segundo o Regimento, entre “os mais doutos teólogos, juristas e políticos” – deveriam dominar “as ciências das suas respectivas faculdades”, a par com uma extensa lista de disciplinas. Deveriam, por outro lado, possuir importantes qualidades morais, tais como probidade, prudência, maturidade, amor da justiça, imparcialidade, zelo pelo aumento da religião e pelo bem público da pátria.

Como observou Rui Tavares, a censura era um trabalho especializado, cuja execução exigia profundo conhecimento das matérias em análise.

---

11 Atribuindo a supremacia em matéria de censura literária à autoridade régia, Portugal assumiu postura inovadora e se distinguiu da maioria dos países europeus, nos quais a censura era partilhada por várias instituições e diferentes fontes de autoridade (papal, episcopal, universitária, parlamentar, acadêmica etc).

12 Além de caber ao inquisidor-geral e ao vigário-geral do Patriarcado o direito de nomeação de deputados, a preponderância do clero era garantida pelo fato de serem religiosos não só a metade dos censores, mas ainda o presidente da Real Mesa Censória, que dispunha de voto de qualidade.

13 MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: Aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra: Imprensa Universitária, 1963

Daí que os campos de censores e autores se interpenetrassem, sendo a diferença entre eles apenas situacional, dependente do papel que o mesmo indivíduo assumia em determinada situação e não de prévia definição. Sob aquelas duas etiquetas encontravam-se letrados, juristas, canonistas ou universitários, que vigiavam o trabalho de seus pares ou que viam por eles vigiado o seu próprio trabalho.

Sendo a erudição a qualidade mais valiosa do censor, ela não deveria ser ostentada no seu relatório, seja porque tal qualidade lhe era previamente reconhecida, seja porque tal escrito se destinava apenas à leitura dos outros censores.<sup>14</sup> Além de imparcial e severo, o relatório deveria ser sucinto, em contraposição ao estilo grandiloquente característico das práticas anteriores, muitas vezes publicadas juntamente com a obra censurada.

O estudioso português afirma outrossim que os deputados da Real Mesa Censória, convictos de que século XVIII era a época das Luzes – ainda que discordassem quanto ao que isso significava – exerceram papel essencial na sua difusão em Portugal. Considerando que lhes cabia franquear as portas da “luz pública” ao que era digno dela e suprimir o que não o era, eles se sentiriam obrigados a zelar pela qualidade de tudo que era impresso ou comercializado em Portugal e nas suas colônias. Racionalistas, os membros daquela instituição repudiavam a confusão, a inutilidade, o exagero, a impropriedade gramatical e estilística. Entendendo que a sua ação não se restringia aos campos da literatura e da ciência, abarcando também o da política, procuraram acima de tudo proteger a imagem do rei, defender os interesses da Coroa e a atuação dos seus acesores. Daí que os censores tenham combatido os jesuítas e seus adeptos, a supremacia da Igreja, a “superstição” e os filósofos libertinos. Ainda que no julgamento dos textos eles tenham tido em conta os seus méritos artísticos prevalecia o critério da sua utilidade para o leitor, do seu proveito para as letras ou as ciências, e do benefício que traziam para o reino. Considerado superior às normas subjetivas do campo literário, este critério, que unia o útil ao verdadeiro, foi efetivamente adotado pelos censores que viam na inutilidade do texto um dos principais motivos para a sua proibição.

Enquadra-se perfeitamente nas linhas mestras da censura praticada pela Real Mesa Censória o parecer sobre *O Uruguai*.<sup>15</sup> Como era da praxe,

---

<sup>14</sup> O caráter secreto dos pareceres constitui outra novidade da Real Mesa Censória.

<sup>15</sup> COUTINHO, João Pereira Ramos de Azevedo; SANT’ANNA, Francisco Xavier de; NOVAES, Pedro Viegas de. [*Parecer para publicação de O Uruguai*]. Ms. *Censura* 1769, n. 107. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do

este sucinto relatório foi assinado por três deputados. Assinou-o em primeiro lugar um deputado ordinário, que era também o seu redator: o doutor João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho. Corroboraram com a sua assinatura o que nele está escrito outro deputado ordinário e laico – o doutor Pedro Viegas de Novais – e um deputado extraordinário eclesiástico: frei Francisco Xavier de Santana. Dos dois últimos quase nada se descobriu, o que não enferma a análise do documento, uma vez que, ao assinarem o parecer, deram-lhe o seu aval. Em contrapartida, é da maior importância para um mais completo entendimento do texto traçar um sumário perfil de Azevedo Coutinho.

Do doutor Pedro Viegas de Novais sabe-se apenas que era membro do Desembargo do Paço, o que o liga a uma das três instituições anteriormente encarregadas da censura em Portugal e a única que então dependia exclusivamente da Coroa. Por sua vez, frei Francisco de Santana, da Ordem dos Menores Observantes da Província dos Algarves, funciona como representante da Igreja na tarefa de apreciação de *O Uruguai*. Não foi, todavia, possível descobrir se a sua nomeação como deputado da Real Mesa deveu-se à indicação do inquisidor-geral ou do vigário-geral do Patriarcado, isto é, se ele estaria afeto primeiramente à autoridade papal ou à episcopal. Rui Tavares considera que Frei Francisco de Santana não teria aderido totalmente às reformas de Pombal e afirma que ele manteve a postura defensiva dos censores do período anterior.<sup>16</sup> De qualquer modo, a precária informação existente sobre esses dois deputados indicia que nenhum deles teve papel muito destacado na sociedade portuguesa do tempo.

Em contrapartida, o deputado-relator João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho – nascido no Rio de Janeiro, em 1722, e falecido em Lisboa, em 1799 – foi figura proeminente do governo do Marquês de Pombal e partidário da sua política antijesuítica. Doutorado em Cânones pela Universidade de Coimbra, contam-se ainda entre as suas funções as de desembargador da Relação e Casa do Povo, membro da Junta de Providência Literária, procurador da Coroa, guarda-mor do Real Arquivo e, posteriormente, a de conselheiro de Sua Majestade a rainha D. Maria. A adesão de Azevedo Coutinho às reformas pombalinas e o seu repúdio aos jesuítas estão patentes na escrita dos fundamentos que servem de prelúdio

---

Tombo.

<sup>16</sup> TAVARES, Rui. *O censor iluminado*, op. cit., p. 539.

ao *Compêndio histórico da Universidade de Coimbra*, que estabeleceu a reforma pombalina daquela universidade. O pombalismo e o antijesuitismo do censor – a par certamente com sua origem brasílica – podem ajudar a perceber a simpatia com que terá examinado o poema basiliano.

Manuscrito pela primeira vez sujeito à análise da Real Mesa Censória, *O Uruguai* tinha obrigatoriamente de ser objeto de um *exame formal*<sup>17</sup> para a “exata averiguação dos merecimentos, utilidade e pureza da [sua] Doutrina”, como preconizava o regimento da instituição. Tal exame só podia ser realizado por quem tivesse pleno conhecimento da literatura do passado e do estado atual da arte, uma vez que tais saberes lhe permitiriam aferir, como era necessário, a sujeição da obra aos cânones do gênero e em simultâneo compará-la com as obras-primas do passado e do presente.

Daí que Azevedo Coutinho tenha iniciado o seu relatório<sup>18</sup> procurando demonstrar a sua competência “para julg[ar] com acerto o merecimento do Autor”. Assim sendo, cita e comenta algumas teorias da composição épica em voga na época. Mas antes produz uma crítica abrangente da teorização do gênero épico que, em certa medida as invalida, ao afirmar que a poesia épica “está sujeita a umas leis, se não impossíveis, dificultosíssimas de praticar”. E dá como exemplos a “prodigiosa variedade de preceitos, que mais confundem que ilustram”, a “regra das três unidades” (unidade de herói, de ação e de tempo) e a questão das “partes de quantidade e qualidade de que se compõem” os poemas.

Alinha-se ao lado de Voltaire<sup>19</sup> – o mais renomado teorizador da epopeia no século XVIII – que “supõe o Poema Épico um ente quimérico, porque a maior parte das regras que a Arte lhe prescreve ou são arbitrarias, ou inúteis” e distancia-se do padre Le Bossu,<sup>20</sup> cuja definição de epopeia considera incapaz de orientar os escritores, uma vez que a sua formulação “cont[ém] um mistério”, além de “não [ser] o mesmo chegar a compreendê-lo que acertar na sua execução”. Neste sentido, acata o juízo de Boileau,<sup>21</sup> para quem a escolha de ação de interesse e a

---

17 Dois eram os tipos de exame praticados pela Real Mesa Censória: *exame simples ou conferência* (quando se tratava de obras de pequena envergadura e/ou que já tinham sido objeto de decisão oficial) e *exame formal* (destinado a obras de maior importância e as que eram submetidas à censura pela primeira vez).

18 Seguem-se entre aspas diversas citações extraídas do Parecer, cujo texto integral, com a ortografia atualizada está transcrito no anexo.

19 Escritor e filósofo iluminista, célebre pelos seus ataques ao Antigo Regime, ao fanatismo e à Companhia de Jesus, Voltaire publicou em 1776, um *Essai sur la poésie épique*, em que expôs a sua teoria sobre a epopeia, tendo em conta os modelos clássicos (Homero, Virgílio e Lucano) e modernos (Tasso e Milton).

20 Escritor e teórico da literatura, René Le Bossu publicou um *Traité du poème épique* (1675/1708) que, elogiado por Boileau, atribui preponderância ao assunto em detrimento das personagens.

21 Renomado escritor e teórico da literatura, Nicolas Boileau destacou-se na *Querelle des anciens et des mo-*

combinação da verdade com a ficção, do maravilhoso com verossímil, “necessitam de uma mão verdadeiramente de Mestre, de um espírito de uma grande economia, de um gosto o mais delicado, para serem manejadas com acerto e destreza”.

Reforçando a ideia do seu amplo conhecimento da produção épica, Azevedo Coutinho sinaliza a sua leitura de numerosas epopeias, ao citar as seguintes obras e autores: *Farsália*<sup>22</sup>, de Lucano; *O paraíso perdido*<sup>23</sup>, de Milton; *El Macabeo*<sup>24</sup>, de Miguel da Silveira; *La Araucana*<sup>25</sup>, de Alonso de Ercilla; *Saint Louis ou La sainte couronne reconquise aux infidèles*<sup>26</sup>, de Pierre Le Moyne; *Clovis ou la France chrétienne*<sup>27</sup>, de Jean Desmarets de Saint-Sorlin; *La Pucelle ou La France délivrée*<sup>28</sup>, de Jean Chapelain; *O Condestabre*<sup>29</sup>, de Francisco Rodrigues Lobo; *Ulisseia ou Lisboa unificada*<sup>30</sup>, de Gabriel Pereira de Castro; *El Afonso*<sup>31</sup>, de Francisco Botelho de Moraes Vasconcelos; *Henriqueida*<sup>32</sup>, do Conde da Ericeira; *Triunfo da religião*<sup>33</sup>, de Francisco de Pina e Melo. Frisa, porém, não

---

*dernes* como adepto dos grandes poetas da Antiguidade. Malgrado a contestação dos filósofos setecentistas, sua *Arte poética* (1674), que sintetiza a doutrina do classicismo francês, continuou a ser uma referência para criadores e críticos do século XVIII.

22 Composta em oposição à *Eneida*, pela forma, conteúdo e posições políticas de Lucano, a *Farsália* narra a guerra travada entre Júlio César e Pompeu. Esta epopeia trouxe várias inovações para o gênero, em particular no tratamento de assuntos históricos e na ausência de intervenções divinas.

23 Famoso poema épico em versos brancos, o *Paradise lost* (1667), de John Milton, inspirou-se em episódios bíblicos e caracteriza-se por visão protestante da religião e da política.

24 Poema épico muito apreciado no seu tempo, *El Macabeo* (1638), tem por assunto a restauração do templo de Jerusalém por Judas Macabeu. Primeiro a submeter aos moldes de Tasso e de Camões um tema bíblico, o poeta português, que optou por escrever em castelhano, revela forte influência de Gôngora.

25 Primeiro poema épico a tratar assunto americano, *La Araucana* (1569, 1578 e 1589), de Alonso de Ercilla, debruça-se sobre a luta travada pelos espanhóis contra os araucos e Mapuches para a conquista do Chile.

26 Epopeia barroca publicada em 1658, *Saint Louis ou La sainte couronne...* fez sucesso na época, mas foi posteriormente criticada pelo estilo extravagante e imaginação desmesurada.

27 *Clovis ou la France chrétienne* (1657/1673), do poeta e dramaturgo francês Jean Desmarets de Saint-Sorlin (1595-1676) exalta as origens divinas da monarquia francesa. Louvado por Chapelain, o poema foi criticado por Boileau, que rejeitava a presença do maravilhoso cristão na poesia épica.

28 *La Pucelle ou La France délivrée* (1656) manteve-se como uma epopeia de doze cantos, a que se seguiriam outros tantos, nunca publicados, pois o poema decepcionou e foi atacado por Boileau.

29 Fiel aos cânones da época e à influência de Camões, *O Condestabre* (1610) celebra o herói e a Casa de Bragança. Manifestação da repulsa de Rodrigues Lobo à sujeição de Portugal à Coroa espanhola, a obra é, no entender de Maria de Lourdes Belchior, uma narrativa monótona e carente de surto épico.

30 Poema épico que narra a imaginária fundação de Lisboa por Ulisses, a *Ulisseia ou Lisboa unificada* (1636), de Gabriel Pereira de Castro, constrói uma fantasia gloriosa para exaltar o sentimento de autonomia no período de domínio espanhol.

31 Composição épica, escrita em espanhol, sobre a fundação do reino de Portugal, *El Afonso* (1712), do português Francisco Botelho de Moraes Vasconcelos foi muito criticada por Vernei, que a considerava desprovida dos artifícios da epopeia, com fábula inverossímil, transposta para versos duros.

32 Submissa às teorias e a criação épica de Voltaire, a *Henriqueida* (1741), de Francisco Xavier de Meneses, centra-se na fundação de Portugal. O poema, precedido por “Advertência preliminares” sobre a composição da poesia épica é depreciado pela crítica, que censura também a exibição, sobretudo nas notas, da vasta cultura científica do autor.

33 Criação épica de inspiração religiosa, o *Triunfo da religião* (1756) é uma das obras mais conhecidas de Francisco de Pina e Melo, que também escreveu sobre teoria poética e retórica. Poeta de transição entre o



desejar deter-se sobre as obras que elencou por considerá-las menores, o que, sem dúvida, deveu-se também à necessidade de respeitar o dever de síntese imposto aos pareceristas.

Azevedo Coutinho sustenta-se no pensamento de Voltaire, que considerava serem poetas épicos “todos os que escreveram Poemas desta espécie, ainda os mais defeituosos”, mas não deixa de anotar que com isso o filósofo francês visaria “fazer Lugar a sua *Henriada*<sup>34</sup>, que não passa indene”. Assim sendo, enquadrando no gênero épico vasto conjunto de obras nacionais e estrangeiras, quer da Antiguidade, quer da Época Moderna, e afirma que, desde Homero<sup>35</sup> – que entende ser o “Pai da Epopeia” – nenhuma criação épica “tem aparecido até o presente sem muitos defeitos”.

Interrogando, sem responder explicitamente à questão, ele reitera a ideia da existência de defeitos nos criadores das epopeias mais célebres e canonizadas, tais como Homero, Virgílio, Tasso e Camões. Limita-se, contudo, a enunciar os defeitos que vê em *Os Lusíadas*, o mais famoso e imitado poema épico da língua portuguesa. Retomando algumas das críticas que, entretanto, lhe fizeram diversos comentaristas dos séculos XVII e XVIII, argumenta que Camões “não propõe o Herói” e “faz a Gama um vil negociante e com uns sentimentos tão baixos que até desdizem da sua nobreza, quanto mais do alto lugar que ocupa de Herói”. Condena quer “a indecente mistura dos falsos Deuses do Paganismo com o verdadeiro Deus”, quer o canto nono, por considerar que o episódio da Ilha dos Amores (não explicitamente referido) escandaliza o leitor. Embora não deixe de aplaudir a “versificação admirável” e episódios, como o de D. Inês de Castro e o do Adamastor, “que serão bons em todos os Países e em todas as idades”, conclui sem grandes encômios que “essas brilhantes qualidades lhe deram um honrado Lugar na guerra que os Poetas Modernos declararam aos antigos, posto que aqueles defeitos lhe impediram sustentar-se neles com glória”.

Não tão elogioso em relação a obra mais universalmente valorizada da literatura portuguesa, o ponto de vista do relator da Real Mesa Censória, embora hoje em dia possa causar estranheza, não discrepa de posturas

---

barroco e o neoclassicismo, as criações épicas de Pina e Melo são pouco apreciadas pela crítica.

<sup>34</sup> Poema épico em dez cantos e versos alexandrinos, *La Henriade* (1728) baseia-se em acontecimentos da história francesa do século XVI. Com ela, Voltaire visava defender a tolerância religiosa e glorificar o rei Henri IV.

<sup>35</sup> De existência histórica duvidosa, Homero é o poeta a quem os gregos da Antiguidade atribuíram a autoria da *Ilíada* e da *Odisseia*, o que não é aceito por estudiosos modernos que nelas veem a fusão de narrativas orais muito mais antigas num elaborado sistema de composição poética.

semelhantes assumidas pela recepção de *Os Lusíadas*, no século XVIII.<sup>36</sup> Entre os críticos setecentistas se destacam na desvalorização do poema camoniano Luís Antônio Vernei e Inácio Garcês Ferreira, que, em nome da razão, da verossimilhança e da naturalidade, reprovaram os aspectos que consideravam excessivos na epopeia lusíada.

Não ostentando em demasia a sua erudição e fugindo do estilo grandiloquente de pareceres que antecederam os da Real Mesa Censória, o relatório sobre *O Uruguai* revelou nos seus primeiros parágrafos informação bastante sobre os cânones e criações poéticas com que o poema basiliano deveria ser confrontado, a par com as competências de análise textual exigidas a quem o examinava. Cabe contudo reconhecer a feição extremamente sintética e a diminuta e até mesmo injustificável extensão do único parágrafo dedicado à apreciação da épica basiliana, sobretudo quando se tem em conta os quatro parágrafos anteriores, que constituem uma espécie de painel em que *O Uruguai* se encaixa, como é possível deduzir da seguinte afirmação: “Isso suposto, que maravilha é que o Uruguai, Poema que José Basílio da Gama Vilasboas quer imprimir, tenha alguns defeitos?”.

Assumindo que não poderiam causar estranheza os defeitos do poema basiliano, dado que os têm todas as criações épicas, o censor ainda minimiza as suas deficiências com o emprego do indefinido “alguns”. Julga substanciais apenas três falhas: a “desproporcionada extensão” – formulação algo obscura, referente provavelmente a sua pequenez (o poema soma 1377 versos, distribuídos por apenas cinco cantos); a “pobreza de episódios” – observação ambígua, apontando ou para o número reduzido dos episódios do poema (o que decorreria do primeiro defeito) ou para a pouca qualidade dos mesmos (o que afirmações posteriores parecem contradizer); a “languidez de muitos versos, pela frequente repetição das conjunções, vício que o Autor bebeu na Lição dos Poetas Italianos” – detalhe estilístico de menor importância, até porque inspirado em obras canônicas.

Sabendo-se que para o século XVIII racionalidade, verossimilhança e naturalidade deveriam ser qualidades fundamentais da criação literária e que a crítica setecentista condenava os abusos de imaginação, compreende-se que Azevedo Coutinho tenha desaprovado também a

---

<sup>36</sup> Ver CASTRO, Anibal Pinto de. A recepção de Camões no neoclassicismo português. Separata. *Revista da Universidade de Coimbra*. Coimbra, vol. XXXIII, 1985, pp. 99-118.

solução do poema, que não considerava natural. Não apresenta, contudo, fundamentação para esse juízo. Em contrapartida, o censor defende que “a fazer-se justiça [*O Uruguai*] tem seu merecimento” e afirma não só que “o Episódio de Lindoia a ninguém deixará de agradar”, mas ainda que o poema “tem muitas pinturas e imagens que são de mão de Mestre”, concluindo que “verdadeiramente o Autor é Poeta”.

Embora sucinto, este comentário é representativo do tipo de crítica formalista praticada pelos deputados da Real Mesa Censória. Objetivo, simples e claro, o relatório reconhece a natureza épica de *O Uruguai* e perdoa as inevitáveis deficiências da sua construção, seja porque o censor considerava imperfeitos todos os poemas épicos, desde os homéricos até ao camoniano, seja porque apreciou as belezas do poema, ainda que o belo e o prazer propiciados pelas obras literárias fossem secundários para a crítica setecentista, que exigia, acima de tudo, ensinamentos orientadores da vida social e espiritual.

Ainda que tais aspectos não tenham sido mencionados, eles estiveram, sem dúvida, na base do exame realizado por Azevedo Coutinho, dado que não se pode ignorar que, para os membros da Real Mesa Censória, a utilidade de um texto era a sua maior qualidade e a mais proveitosa para o reino, os súditos e as letras.<sup>37</sup> Ao omitir os resultados da análise – que não poderia ter deixado de fazer – da utilidade de *O Uruguai* para a sociedade portuguesa, apresentando uma leitura essencialmente formal do poema basiliano, o deputador-relator do parecer sobre o livro de Basílio da Gama não fugiu de todo ao que eram as práticas da instituição para a qual trabalhava, como se pode inferir da pesquisa realizada por Rui Tavares, que apontou a existências de traços semelhantes num grande número de relatórios redigidos por outros censores.

Esse tipo de comentário foi, no entanto, indevidamente desvalorizado pela historiografia por considerá-lo pretexto para ocultar as verdadeiras razões da censura ou de um censor. No entanto, tal julgamento contrapõe-se, em certa medida, ao carácter secreto do relatório, de que apenas os deputados da Real Mesa tinham conhecimento e aos quais não seria necessário esconder os motivos da liberação/proibição das obras em exame.

De qualquer modo, não sendo de estranhar o aparente desinteresse de Azevedo Coutino pelos conteúdos e pela mensagem inscrita em *O Uruguai*,

---

<sup>37</sup> Como constatou Rui Tavares, um texto inútil tinha muita dificuldade de aprovação, sendo o inverso dificilmente reprovado.

para bem interpretar o relatório que o liberou é necessário escutar os seus silêncios. É sabido que a tarefa dos deputados da Real Mesa Censória era não só intelectual e moral, mas também política, e que lhe cabia combater inimigos poderosos e ideias falsas (fanatismo, superstição, ignorância), proteger a imagem dos rei e defender os interesses do Império português. Consequentemente, o regime encorajava escritos que abordavam e aplaudiam acontecimentos proveitosos e ideias favoráveis à governação do reino e das suas colônias. E neste caso enquadra-se *O Uruguai*.

Recorde-se que era então da maior importância para a Coroa portuguesa fixar as fronteiras entre os territórios coloniais de Portugal e da Espanha, bem como combater a Companhia de Jesus, que além de ter desobedecido ao estabelecido pelas duas monarquias ibéricas no Tratado de Madrid, praticara outros “crimes” igualmente aflorados na obra basiliense. Bem vista igualmente para a administração pombalina eram sem dúvida a heroicização do general Gomes Freire, comandante do exército português que venceu os indígenas e jesuítas rebelados nos Sete Povos Missionários do Uruguai e a do Conde de Oeiras, que dirigiu a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755.

Pode-se no entanto pensar que não conviesse na altura chamar demasiada atenção para a violência dos ataques de Basílio da Gama quer à doutrina e política da Companhia de Jesus, quer à ação individual e ao perfil humano dos inacianos. Cumpre, no entanto, reconhecer que *O Uruguai* só foi liberado pela censura, que, tendo passado para as mãos do Estado, assumira como prioritária a salvaguarda da política régia e a valorização da administração pombalina.

Daí que a inexistência, no parecer, de um comentário, ainda que sucinto, dos aspectos mais relevantes do plano do conteúdo oculto, de fato, o motivo principal do beneplácito do redator e dos seus adjuntos. Esses censores tinham, em primeiro lugar, de aprovar a mensagem das obras que examinavam, não podendo portanto ter deixado de apreciar o claro posicionamento antijesuítico e as simpatias pombalinas de *O Uruguai*. Reitere-se, para o efeito, que João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho foi um defensor da reforma pombalina do ensino, tendo responsabilizado os inacianos pelo atraso da Universidade de Coimbra e propugnado pelo seu afastamento daquela instituição. É possível também que, não lhe tendo sido indiferente o americanismo do poema, pois, como Basílio da Gama, ele nascera no Brasil, Azevedo Coutinho tivesse intuído que não era prudente destacar essa peculiar faceta da obra.

Para finalizar cumpre apontar uma segunda, porém menos significativa, ausência no relatório sobre *O Uruguai*. Tendo o Regimento da Real Mesa Censória recomendado que os pareceres iniciassem com o resumo da biobibliografia dos autores e a menção aos conteúdos das suas obras, Azevedo Coutinho nada diz a esse respeito. E talvez não seja descabido pensar que ele não dispunha de tais dados ou que não encontrara nada de relevante a assinalar, pois não seria, certamente, conveniente mencionar, caso ele o soubesse, que José Basílio da Gama, antigo noviço da Companhia de Jesus, fora condenado ao degredo em Angola, sob a acusação de jesuitismo, tendo sido salvo graças à intervenção do Marquês de Pombal.

VANIA PINHEIRO CHAVES é professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Publicou *O Uruguai e a Fundação da Literatura Brasileira* (1997) e *O despertar do gênio brasileiro: uma leitura d' O Uruguai de José Basílio da Gama* (2000), ambos pela Editora da Unicamp. Atualmente, é investigadora do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL), no qual coordena a linha de pesquisa “Brasil: literatura, memória e dialogos com Portugal”. Dirige, com a professora Tania de Luca, a Coleção Brasil (CLEPUL/UNESP), responsável pela edição *online* e gratuita de textos inéditos ou raros do patrimônio literário, histórico e cultural brasileiro.

**Anexo: Parecer da Real Mesa Censória.** ANTT, Real Mesa Censória, Ms. Censura 1769, n<sup>o</sup> 107<sup>38</sup>

A Epopeia é uma carreira que poucos Engenhos têm acertado. Está sujeita a umas Leis, se não impossíveis, dificultosíssimas de praticar. Já a respeito das três unidades, que deve ter, de herói, de ação e de tempo, há uma prodigiosa variedade de preceitos, que mais confundem que ilustram. Que direi das partes da quantidade e da qualidade de que se compõem, como outro qualquer todo Físico?

O Padre Le Bossu a define uma “fábula agradavelmente imitada sobre uma ação importante, contada em verso por um modo maravilhoso e verossímil”. Para formar uma ideia bem ajustada da sua grande dificuldade, basta observar as palavras desta definição e refletir um pouco sobre elas. Nenhuma deixa de conter um mistério; e não é o mesmo chegar a compreendê-lo que acertar na sua execução. A escolha de ação que interesse; a mistura da verdade, que lhe serve de fundo, com a fábula, de que ele se sustenta e vive, como diz Boileau; a união do maravilhoso, que encante, com o verossímil, que oculte a ficção, para poder persuadir, instruir e formar os costumes, que é todo o seu fim, necessitam de uma mão verdadeiramente de Mestre, de um espírito de uma grande economia, de um gosto o mais delicado, para serem manejadas com acerto e destreza.

Voltaire supõe o Poema Épico um ente quimérico, porque a maior parte das regras que a Arte lhe prescreve ou são arbitrárias, ou inúteis. Coloca entre os Poetas Épicos todos os que escreveram Poemas desta espécie, ainda os mais defeituosos como Lucano, na sua *Farsália*. A Milton, porque<sup>39</sup> entre os Críticos se controversa se o seu *Paraíso perdido* é uma Epopeia verdadeira, não tem dificuldade de conservar entre eles, afirmando que, ainda que não queiram chamá-lo Poema Épico, ele sempre é um Poema Divino. Não duvido que tudo isto seja fazer Lugar a sua *Henriada*, que não passa indene.

A verdade é que, principiando desde Homero, que é o Pai da Epopeia, nenhum Poema desse gênero tem aparecido até o presente sem muitos defeitos. Não falo dos Macabeus, do Silveira; não falo da Araucana, de Ercilla; não falo do S. Luís, de Le Moine; não falo do Clodoveu, de Desmarets; não falo da Donzela de Orléans, de Chapelain; não falo do

---

<sup>38</sup> Além de atualizar ou corrigir a ortografia e de modernizar quando absolutamente necessária a pontuação, esta transcrição desenvolve as abreviaturas, coloca entre aspas as citações sublinhadas e, em itálico, os títulos das obras mencionadas.

<sup>39</sup> Em lugar de: “posto que”.

Condestável, de Lobo; não falo da *Ulisseia*, de Castro; não falo do Afonso, de Botelho; não falo da *Henriqueida*, do Conde da Ericeira; não falo finalmente do *Triunfo da religião*, de Francisco de Pina. Ponho mais alto o ponto. Que defeitos não tem entre os Gregos Homero, entre os Romanos Virgílio, entre os Italianos Tasso, e Camões entre nós? Cingindo-me unicamente ao nosso. Não propõe o Herói: falta que para a desculpar Manuel de Faria não tem vergonha de dizer que é o heroico peito Lusitano – e que bem o declara o poeta naquele verso: “Que eu canto o heroico peito Lusitano” – <sup>40</sup> do que todo o mundo ri justamente com Inácio Garcez Ferreira. Faz a Gama um vil negociante e com uns sentimentos tão baixos que até desdizem da sua nobreza, quanto mais do alto lugar que ocupa de Herói. Quem não estranha a indecente mistura dos falsos Deuses do Paganismo com o verdadeiro Deus, que adoramos? Que ânimo pio se não escandaliza com todo o Canto nono?<sup>41</sup> Tem contudo uma versificação admirável, episódios que serão bons em todos os Países e em todas as idades. Tal é o de D. Inês de Castro. Virgílio não o tem certamente mais terno. Tal é o de Adamastor: e essas brilhantes qualidades lhe deram um honrado Lugar na guerra que os Poetas Modernos declararam aos antigos, posto que aqueles defeitos lhe impediram sustentar-se neles com glória.

Isso suposto, que maravilha é que *O Uraguai*, Poema que José Basílio da Gama Vilasboas quer imprimir tenha alguns defeitos? O mais substancial que eu lhe acho é a sua desproporcionada extensão, a pobreza de Episódios, e a Languidez de muitos versos pela frequente repetição das conjunções, vício que o Autor bebeu na Lição dos Poetas Italianos. Também a solução me não parece natural. Mas a fazer-se justiça tem seu merecimento. O Episódio de Lindoia a ninguém deixará de agradar. Tem muitas pinturas e imagens que são de mão de Mestre. Verdadeiramente o Autor é Poeta. Este é o meu parecer; e em consequência dele eu o julgo muito digno da licença que pede para comunicar-se ao público por meio da imprensa. Lisboa, 25 de agosto de 1769.

João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho

Frei Francisco Xavier de Santa Ana

Pedro Viegas de Novais.

---

<sup>40</sup> Mais corretamente: “Que eu canto o peito ilustre lusitano” (Camões, *Os Lusíadas*, canto I, estrofe 3, verso 5).

<sup>41</sup> O censor alude certamente ao famoso episódio da Ilha dos Amores, que é narrado no canto IX e era então objeto de enorme contestação.